



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

## **ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA (21ª) SESSÃO** **ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares;  
secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos seis dias do mês de julho, do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Vigésima Primeira (21ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 03 de julho de 2015. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Luís Roberto Tavares (09), Luiz Antônio Guarnieri (10), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (11), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (12), Marcos Bento Alves de Godoy (13), Maria Helena Scudeler de Barros (14), Osvaldo Aparecido Quaglio (15), Waldemar Marcurio Filho (16) e, ausente, João Antônio Pires Gonçalves (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, Vereador Luís Roberto Tavares, deu por iniciados os trabalhos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada resolução, convidou a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, o 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, Vereador Luís Roberto Tavares, deu ciência à Casa e submeteu à apreciação do Plenário, na forma do inciso I do artigo 156; combinado com os artigos 81, I, “a”, e 167 todos da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), o *Requerimento nº 293/2015, de Justificativa de Falta*, por doença, conforme atestado médico anexo, do Vereador *João Antônio Pires Gonçalves*, para a data, 06 de junho de 2015, pedido que foi aprovado, unanimemente, pelos vereadores presentes. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, submeteu à apreciação do Plenário a ata da Vigésima (20ª) Sessão Ordinária, realizada em 25 de junho de 2015, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Luís Roberto Tavares e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, e o 1º Secretário. Na sequência, deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 84, de 2015, de autoria da Comissão de Vias e Logradouros Públicos, “dando denominação à rua “02”, localizada no residencial Jardim Tainá, no município de Mogi Mirim, de Avenida Expedito Quartieri, por ser seu prolongamento natural”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 85, de 2015, de autoria da Comissão de Vias e Logradouros Públicos, “dando denominação à rua “04”, localizada no Jardim Tainá, no município de Mogi Mirim, de Rua Wilson Kotsura, por ser seu prolongamento natural”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 86, de 2015, de autoria da Comissão de Vias e Logradouros Públicos, “dando denominação à rua “01”, localizada no Jardim Tainá, no município de Mogi Mirim, de Rua Leonilda Maria Leonello,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

por ser seu prolongamento natural”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei nº 87, de 2015, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “dando denominação à rua projetada “05”, localizada no loteamento industrial WPark, no município de Mogi Mirim, de Rua Voluntário Afonso Sambrana”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Lei nº 88, de 2015, de autoria Vereador Jorge Setoguchi, “instituinto, no Calendário Oficial de Mogi Mirim, o Dia do Conselho Comunitário de Segurança, a ser comemorado no dia 29 de maio”; (ao exame das Comissões Permanentes); 6. Projeto de Resolução nº 03, de 2015, de autoria da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, “dispondo sobre a alteração do Artigo 104, da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Mogi Mirim, em vigência”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ato contínuo, o 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, Vereador Luís Roberto Tavares, submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nºs 271, 280 e 283, de 2015, do Vereador Manoel E. P. C. Palomino, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para informações acerca da viabilidade de obras de infraestrutura – rede de esgoto e asfalto, no Jardim Bela Vista”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe quais providências já foram, ou estão sendo tomadas, em relação ao forte odor, exalado pelo vinhoto, utilizado na plantação de cana-de-açúcar, localizada na região do Aeroporto Municipal” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a viabilidade da implantação de uma academia ao ar livre, na praça, localizada na Rua Cônego Carlos Malho, no Bairro Dionísio Linares, conforme já sugerido na Indicação nº 26/2015”; nºs 272, 273 e 274, de 2015, do Vereador Cinoê Duzo, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Requerimento nº 255/2013, para informações sobre a pavimentação da estrada interna, que liga o Jardim Planalto à Rodovia Governador Franco Montoro”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a possibilidade da aquisição de veículos, devidamente equipados, para a realização do serviço de manutenção da iluminação pública no município, após o término do acordo firmado entre Prefeitura e a concessionária Elektro” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o Requerimento nº 012/2014, para informações sobre a realização de concurso público para a contratação de eletricitistas e equipe especializada na manutenção da iluminação pública de Mogi Mirim”; nº 275, de 2015, do Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta cópia das vistorias dos veículos de transporte escolar da rede municipal, conforme Portaria Detran nº 1310, de agosto de 2014”; nºs 276, 277, 281, 282 e 289, de 2015, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que solicite informações, junto à direção do Clube Mogiano, objetivando saber o número de atletas não associados, que está sendo atendido pelo clube, conforme Decreto nº 1.061, de 1977, em vigor até 2045”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para mudança de mão dupla, para mão única de direção, a Rua Estanislau Krol, sentido Avenida Pedro Botesi, no Bairro Santa Clara”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta cópia, capa a capa, da licitação relativa às reformas dos vestiários do Estádio Municipal Ismael Polettini, conhecido como Campo da Santa Cruz”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta informações atualizadas relativas aos empreendimentos aprovados e ainda não finalizados, no município” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que junto à direção



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE remeta documentos e planilhas pormenorizadas, que comprovem os custos específicos apresentados pela Agência Reguladora Ares – PCJ, que justifiquem o aumento da água em 17,67%, para o período de abril de 2015 até março de 2016”; nºs 278 e 279, de 2015, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, solicitando, respectivamente, “seja oficiada a direção do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE, para que apresente planilha financeira da autarquia, contendo receita e despesas durante os últimos cinco meses, demarcando o quanto foi gasto com recursos humanos, obras, Estação de Tratamento – ETA, energia elétrica e demais gastos” e “seja oficiada a Dirigente Regional de Ensino, para que informe sobre o planejamento e procedimentos que serão adotados pelas escolas estaduais, para a reposição das aulas perdidas, bem como possível cronograma de execução”; nº 284, de 2015, da Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, para que forneça cópia, na íntegra, do Processo Administrativo nº 6538/2015, que versa sobre projeto de regularização de imóvel, para locação à Câmara de Mogi Mirim”; nºs 285 e 286, de 2015, da Vereadora Daniela Dalben Mota, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que inicie estudos conjuntos à APD – Associação da Pessoa com Deficiência, para elaboração de projeto, visando a junção e fortalecimento dos serviços de fisioterapia no prédio da Avenida Adib Chaib, que a Rede Lucy Montoro desocupou” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o contido no Requerimento nº 524/2013, que encaminhou minuta de projeto de lei acerca das 30 Horas da classe da enfermagem”; nº 287, de 2015, da Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, “seja oficiada a Delegada da Mulher, Dra. Raquel Casali, que remeta dados de violência doméstica, violência sexual e feminicídio nos anos de 2014 e 2015”; nº 290, de 2015, do Vereador Benedito José do Couto, solicitando, “seja oficiada a concessionária Elektro, bem como



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ao Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, para que estudem a substituição das lâmpadas convencionais, por luminárias com tecnologia LED, no município”; nºs 291 e 292, de 2015, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a Tarifa Social, a saber, qual a rotina que o município enfrenta para receber a tarifa, qual o prazo de espera para receber o benefício, após a avaliação, e de quem é a responsabilidade pela demora na concessão do benefício” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe quais providências estão sendo tomadas, para solucionar o problema do transporte de alunos na zona rural”. Na sequência, o 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nºs 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 292, de 2015, do Vereador Manoel E. P. C. Palomino, solicitando, respectivamente, “providências, para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas na Rua Dr. José Alves, centro”, “providências, para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas na Rua Prefeito João Antunes de Lima, nº 290, na Vila Eunice”, “providências, para operação ‘tapa buracos’, com urgência, na Rua Antônio Roberto Costa, em frente ao nº 318, no Parque do Estado II”, “providências, para reparos e manutenção urgente da calçada, no entorno da EMEB Jorge Bertolazzo Stela, no Parque do Estado II”, “providências, para troca de todo o alambrado na EMEB Jorge Bertolazzo Stela, no Parque do Estado II”, “providências, para instalação de bocas de lobo, na Rua Luiz Edne Bueno, no Parque do Estado II”, “providências, para que retorne o sentido duplo de mão de direção na Rua Luiz Edne Bueno, no Parque do Estado II” e “providências, para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas na Rua Dr. José Antonio Seixas Pereira, altura do nº 168, no Jardim Longatto”; nº 285, de 2015, do Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, “instalação de alambrado e construção de calçada, na área



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

institucional da prefeitura, na Rua Gilberto das Neves, no Residencial Flores do Campo”; n°s 286 e 287, de 2015, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, respectivamente, “providências, para correção do desnível das sarjetas e do asfalto, na Avenida Francisco Coser, em frente ao n° 318, no Parque Jardim Murayama III”, “providências, para sinalização e dispositivo para redução de velocidade, na Avenida Pedro Botesi, sentido centro/bairro, entre as esquinas das Ruas João Francisco e Estanislau Krol, no Jardim Santa Clara”; n°s 288 e 289, de 2015, do Vereador Luiz Antonio Guarnieri, sugerindo, respectivamente, “notificação ao proprietário do imóvel, localizado na Rua Professora Maria José Galvão Brunialti, para retirada da cerca viva e calçamento” e “colocação de faixa de pedestre, na Rua Professora Maria José Galvão Brunialti, na Santa Cruz”; n°s 290, 295 e 296, de 2015, do Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “manutenção nas lâmpadas da Rua Santa Cruz”, “manutenção na iluminação pública da Rua Joaquim Firmino, no centro da cidade” e “manutenção na iluminação pública da Rua dos Expedicionários, no centro da cidade”; n° 291, de 2015, do Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, “realização de campanha intensiva de combate ao uso do cerol, no período das férias escolares”; n° 293, de 2015, do Vereador Cinoê Duzo, sugerindo, “operação ‘tapa buracos’ na Rua Manaus, bairro Cecap”; n° 294, de 2015, da Vereadora Daniela Dalben Mota, sugerindo, “retomada dos trabalhos de recapeamento na Avenida Expedito Quartieri”; n°s 297, 298, 299, 300 e 301, de 2015, do Vereador Benedito José do Couto, sugerindo, respectivamente, “colocação de cascalho em todas as ruas do Parque das Laranjeiras, que não forem asfaltadas na primeira fase da melhoria”, “colocação de cobertura na área externa, de espera, na UBS do Aterrado”, “colocação de cobertura, na área externa, de espera, da UBS do Parque das Laranjeiras”, “colocação de cobertura, na área externa, de espera, da UBS do SEHAC” e “colocação de cobertura, na área externa, de espera, da UBS da Vila Dias”. A seguir, o Senhor 1º Vice-Presidente, no exercício da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

presidência, submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): n°s 051, 052 e 054, de 2015, do Vereador Laércio Rocha Pires, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Joaquim Januário, ocorrido em 22 de junho de 2015”, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Otaviano Bispo de Andrade, ocorrido em 23 de junho de 2015”, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de profundo pesar pelo falecimento do senhora Amélia Salvi Cardoso, ocorrido em 22 de junho de 2015”; n°s 55, de 2015, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos, para com o senhor João Vasconcelos – João Banana, bem como os jogadores Gino, Nilson e Capone, pela organização do jogo beneficente do MMEC com o Master do Corinthians, no dia 21 de junho de 2015, em prol do ex-ponta do MMEC, na década de 1980, o jogador Silvinho”; n° 056, de 2015, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de profundo pesar pelo falecimento da senhora Wânia Crocette Perlatto, ocorrido em 20 de junho de 2015”. A seguir, o 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofício protocolo 55.737/15, datado de junho de 2015, subscrito pelo Senhor Rubens E. Cury, Subsecretário da Casa Civil do Governo do estado, “respondendo sobre a Moção n° 14/2015, desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves); Ofícios n°s. 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 409, 410, 411, 412, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, datados de 19, 23, 24 de junho e 1º de julho de 2015, subscritos pelo Prefeito de Mogi Mirim, respectivamente, “respondendo a respeito da Indicação n° 168/2015; do Requerimento n° 131/2015; Requerimento n° 181/2015; Requerimento n° 200/2015; Indicação n° 247/2015;





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Requerimento nº 210/2015; Indicação nº 253/2015; Indicação nº 254/2015; Indicação nº 255/2015; Requerimento nº 659/2015; Indicação nº 256/2015; Indicação nº 250/2015; Requerimento nº 172/2015; Requerimento nº 005/2015; Requerimento nº 177/2015; Indicação nº 246/2015; Indicação nº 238/2015; Indicação nº 239/2015; Indicação nº 240/2015; Indicação nº 251/2015; Requerimento nº 022/2015; Requerimento nº 233/2015; Requerimento nº 101/2015; Indicação nº 115/2015; Indicação nº 528/2014; Indicação nº 529/2015; Indicação nº 262/2015; Indicação nº 266/2015; Indicação nº 226/2015; Requerimento nº 236/2015; Requerimento nº 232/2015; Requerimento nº 217/2015; Indicação nº 534/2014, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Vereadores); Ofícios nºs 0386 e 0387/2015, datados de 12 de junho do corrente ano, subscrito pelo Sr. Luiz Eduardo D. Corrêa, Gerente Institucional Interior do Grupo Telefônica – Vivo no Brasil, “informando a respeito dos Ofícios nºs 131 e 139/2014, desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência ao Vereador interessado); Ofícios nºs. 142003 e 147522, de 2015, datados de 10 e 18 de junho do corrente ano, subscritos pela Presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquive-se); Ofício nº 136/2015, datado de 17 de junho último, subscrito pela Sra. Queila Maria Assunção Santos, Coordenadora do Conselho Tutelar de Mogi Mirim, “informando a composição da nova coordenação, para o período 21/06/2015 a 09/01/2016”; (arquive-se). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. A primeira oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que versou sobre a situação do transporte escolar rural da cidade, explicando que estava recebendo inúmeras reclamações acerca da irresponsabilidade do município e das



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

empresas transportadoras, que levavam crianças de quatro anos, pelas estradas rurais do município e até estradas estaduais. A vereadora mostrou fotos de um veículo micro-ônibus, com os pneus “carecas”, já trocados pela segunda vez, e teceu críticas à Secretária de Educação, que havia dito, para se justificar, ter obtido um retorno de duzentos mil reais ao erário, depois da mudança na concessão do transporte, mas a vereadora questionava a forma como fora feita tal economia, ao custo da segurança das crianças e um transporte deplorável. Falou que a prefeitura deveria fiscalizar, mas não fiscalizava, e que, a secretária, que dizia prezar pelo transporte rural das crianças, na verdade, não estava zelando. Depois, relatou encontro entre os Vereadores Osvaldo Quaglio, Luiz Guarnieri e ela, oradora, juntamente com agricultores, mais o Secretário de Agricultura, Valdir Biazotto, e a engenheira agrônoma Priscila Dovigo Camargo, com o Deputado Estadual Barros Munhoz, na Assembleia Legislativa do Estado – Alesp, com o objetivo de levar a reivindicação dos agricultores, cujas propriedades margeiam a Rodovia SP-147, tudo por causa da omissão da atual administração, ocorrida quando da duplicação do trecho Mogi Mirim – Engenheiro Coelho, que deixara de consultar os agricultores, proprietários de terras, vetando, assim, os acessos às máquinas agrícolas pesadas, na rodovia. Explicou que, em momento algum a administração tinha consultado os agricultores, para opinarem e acompanharem o projeto, e a obra fora feita sem acessos para esses proprietários rurais. Aclarou que seriam necessárias intervenções caríssimas, para passagem de máquinas agrícolas grandes e pedestres, as quais não tinham constado no edital e ela, oradora, desejava saber quem iria pagar a conta de tais intervenções. “Nós estamos nos esforçando para que a Agência Reguladora – ARTESP se entenda com o Governo do Estado e possa dividir o valor dessas obras, e nós temos outra reunião, agendada para o dia 14 de agosto, na cidade de Araras, portanto, a administração Gustavo Stupp falhou e muito ao não chamar os agricultores, para avaliar obra tão enorme, que influencia no dia a dia dos agricultores”, disse e



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

concluiu. A próxima oradora foi a Vereadora Daniela Dalben Mota, que falou sobre o Requerimento nº 285/2015, de sua autoria, através do qual solicitou estudos conjuntos, com a APD – Associação da Pessoa com Deficiência, visando a elaboração de projeto, objetivando a junção e fortalecimento dos serviços de fisioterapia, no prédio da Avenida Adib Chaib, que a Rede Lucy Montoro já tinha desocupado. Explicou que, ocupar o prédio, localizado na Avenida Adib Chaib, seria um incentivo às pessoas com deficiência; que, há vinte e oito anos, Mogi Mirim contava com o apoio da associação, composta por pessoas dignas e lutadoras, pelo direito das pessoas com deficiência; que realizavam um trabalho maravilhoso; que a associação prestava trabalhos ao município, de sessões de fisioterapia, de terapia ocupacional e psicologia, contando com quinze funcionários; que a associação pagava aluguel, pois não tinha sede própria; que era justo ceder, ou realizar parceria com tal associação, para ampliar os serviços de fisioterapia no município; que se tratava de uma associação, que representava todas as pessoas com deficiência, no município; que a união de forças entre a prefeitura e a associação propiciariam um trabalho ótimo para todos; que 24% de toda a população tinham algum tipo de deficiência, permanente, ou temporária, que todos eram acolhidos pela associação das pessoas com deficiência e que, o primeiro passo havia sido dado e ela rogava pela ajuda de todos, para concretizar esse objetivo. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que teceu explicações sobre o Projeto de Resolução nº 03/2015, de sua autoria, lido na presente sessão. Aclarou que propunha alteração ao regimento, para que fossem realizadas sessões todas as segundas-feiras do mês, objetivando melhorar a visão da população, para com o trabalho da Câmara, na tentativa de recuperar o apoio do povo mogimiriano, bem como a mudança impediria atropelos, por parte do Poder Executivo, pois os vereadores teriam mais tempo para análise de projetos. Salientou ainda, que a matéria propunha, quando de feriados, ou pontos facultativos, que a sessão fosse realizada na terça-



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

feira imediatamente posterior. Pediu aos colegas que refletissem sobre a mudança e concluiu. Também discursou o Vereador Osvaldo Quaglio. Este anunciou conquista de verba, obtida pelos Vereadores Luiz Guarnieri, PT, Maria Helena Scudeler de Barros, PSDB, e ele, orador, PSDB, intermediada pelo assessor parlamentar Nelson Victal do Prado Júnior, junto ao Deputado Federal Nelson Marquizzelli, PTB/SP, na cifra de duzentos e cinquenta mil reais, a ser empregada na Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim. Lembrou que, de vez anterior, em 2014, mesma verba tinha sido obtida, mas fora perdida, e ele esperava que, desta vez, as coisas corresse bem, para que o hospital pudesse ser amparado e sublinhou que PT, PSDB e PTB tinham se unido, independentemente da questão da legenda partidária, mostrando que bons contatos traziam boas verbas para o município. Com relação à questão da visita feita à Alesp, o vereador endossou as palavras ditas pela Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e colocou que existiam grandes possibilidade de os objetivos serem alcançados. Ratificou agenda de nova reunião, na cidade de Araras, para tratativas em torno de valores e localização das passagens, para máquinas de grande porte, de propriedade dos agricultores. Abordando o projeto de resolução proposto pela Vereadora Luzia, de ampliação do número de sessões ordinárias, o Vereador Osvaldo Quaglio registrou que a matéria já tinha sido apresentada inúmeras vezes, no passado, nunca sendo acolhida, porque o fluxo de proposituras sempre fora baixo para tantas sessões e a medida só iria ampliar gastos, com energia elétrica, pessoal, horas extras, dentre outras coisas. “Eu entendo que não há necessidade da quinta sessão no mês e de antemão, coloco a questão da viabilidade e o aumento de custos”, disse e finalizou. Ato contínuo, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa. Ela, primeiramente, agradeceu a presença, nas galerias, dos familiares de Francisco Pulcinelli, que estavam na Casa, para acompanhar a votação do projeto de denominação de rua, que o homenageava, constante da pauta da “Ordem do Dia”. “Tenho



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

a honra de ser a autora do projeto, senhor Francisco era pessoa bondosa, valorosa, fez parte das paróquias de Santa Cruz e São Benedito, adorava moda de viola, enfim, foi pessoa sensacional”, frisou. Na sequência, falou sobre audiência pública que realizou, para discussão dos temas de castração, proteção animal e outros cuidados, presente também o Vereador Luís Roberto Tavares. Relatou que a discussão tinha sido proveitosa, que o mais interessante fora observar a harmonia das entidades, promovendo um debate sério, abordando questões sobre castração, bem como tinham sido dadas informações sobre a verba, que a vereadora tinha conseguido para a castração animal, e sua aplicação, no município. Disse que a reunião havia tratado ainda, sobre a reestruturação do conselho de proteção animal, algo que fortaleceria a luta, e sobre a doação de medicamentos. Ato contínuo, a vereadora abordou a denúncia, trazida pela Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, a respeito da precariedade do transporte escolar rural, relatando que também tinha sido procurada, por pais de alunos, que estavam preocupados com as condições dos veículos, os quais apresentavam vários problemas de manutenção, afirmando a oradora, que tal procedimento colocava em risco a vida das crianças e demonstrava a irresponsabilidade, por parte prefeito e da Secretária Marcia Róttoli Masotti. “Não podemos bobear com a integridade das crianças do município”, destacou. Por fim, falou sobre a posição do ex-jogador e presidente do Mogi Mirim Esporte Clube, Rivaldo Vitor Ferreira, que tinha declarado, em jornais, que os vereadores deveriam, ao invés de criticá-lo, comprar ingressos e reverter o valor, em doação, aos carentes. “Eu respondi a ele na Internet, porque temos que separar a iniciativa privada, do Poder Público, e eu digo a ele, que papel de vereador não é distribuir alimentos, porque até caracteriza venda de votos, e ele foi convidado a vir aqui, no passado, e não veio, e também não precisava tecer as críticas que teceu, envolvendo o nome dos vereadores, o que repudio”, sublinhou e concluiu. Como o próximo orador, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, desistisse da palavra, fez uso



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

da mesma, ato contínuo, o Vereador Cinoê Duzo. Este, de início, cumprimentou o Vereador Marcos, da cidade de Itapira, presente nas galerias, bem como cumprimentou o jornalista Ricardo Piccolomini de Avezado, diretor do jornal A Comarca, pelo transcurso dos cento e quinze anos de fundação do semanário. Cumprimentou ainda, as famílias dos moradores do Parque das Laranjeiras, presentes nas galerias, pessoas que aguardavam “notícias verdadeiras” sobre as obras, que estavam sendo realizadas no bairro. “Os moradores estão se organizando, para estarem na Câmara, todas as semanas, na esperança de receberem uma notícia, que seja verdadeira, e não a notícia de que 95% das ruas do bairro já estão prontas, quando sabemos, que somente três ruas estão prontas”, colocou. Disse que os moradores do Parque das Laranjeiras não queriam remendos, mas dignidade para si e família, que as dificuldades, que as pessoas do bairro passavam, eram grandes, pois as pessoas aguardavam o cumprimento das promessas do “moleque”, também chamado de prefeito. Para concluir, agradecer todas as pessoas, que o tinham encorajado, e lançou seu nome, como pré-candidato a prefeito da cidade, para as próximas eleições, em 2016. “O PSB não será mero figurante”, arrematou e finalizou sua fala. O próximo orador foi o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. Este, de início, completou a fala do Vereador Osvaldo Quaglio, endossando a conquista da verba de duzentos e cinquenta mil reais para a Santa Casa de Mogi Mirim. “Deixamos o partidarismo de lado e conseguimos, junto ao Deputado Federal Nelson Marquizzelli, PTB/SP, uma emenda, direcionada à Santa Casa, entidade que precisa muito de nossa ajuda; no final do ano passado, o hospital obteve esta mesma emenda, mas por uma deficiência financeira, a Santa Casa deixou de recebê-la”, destacou. Falou também, sobre as dificuldades das entidades assistenciais do município, porque, infelizmente, o setor financeiro da prefeitura estava com o repasse, para as entidades, atrasado, haja vista que a programação, que era prevista para dia 1º, passara para o dia 13, do mês. “Disseram que não têm dinheiro e as receitas estão



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

caindo, ora! Se estão caindo, vamos parar de alugar prédios a quantias exorbitantes”, exclamou. Na sequência, convidou todos os presentes, bem como a imprensa e população, em geral, para audiência pública, referente ao plano de perdas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, prevista para o dia 8 de julho, na Câmara Municipal, já confirmadas as presenças do presidente da autarquia, Luciano Lopes, e do senhor Neiroberto Silva, que tinha sido presidente da autarquia, à época do então prefeito Paulo Silva. O vereador do PT relatou ainda, a visita de vereadores, em comitiva, na Agência Reguladora das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Ares-PCJ, ocorrida na quarta-feira, dia 1º, ocasião em que os vereadores levaram o repúdio da Casa, contra o elevado índice de reajuste da tarifa d’água, de 17,67%. Explicou que a iniciativa tinha sido do Vereador Laércio Pires, parabenizando-o pela ideia. “Fomos recebidos pelo diretor Dalton, que nos explicou como funciona o reajuste do SAAE; atualmente, existe uma planilha, que se refere aos custos de produtos químicos, comprados a dólar, e investimentos, feitos em 2015, para 2016, algo em torno de um milhão e tantos mil reais; o diretor nos disse, que, com o reajuste, o SAAE ficará em situação plenamente confortável, portanto, precisamos agendar uma visita ao prefeito e lhe levar esta notícia, para que ele saiba, então, que é totalmente desnecessária qualquer parceria público-privada, ou privatização, ou concessão do SAAE; é minha sugestão vereador Laércio Pires, que o senhor coordene uma visita ao prefeito, porque alguém precisa explicar a ele, e para que ele não jogue mais este custo nas costas da população”, declarou e concluiu seu discurso. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Benedito José do Couto, que saudou os amigos do Parque das Laranjeiras, presentes nas galerias. Prosseguiu, versando sobre as obras de infraestrutura, que estavam sendo efetivadas no bairro, pois, embora o ritmo das obras fosse lento, ele estava feliz, haja vista que passados trinta e dois anos de lutas, passados vários prefeitos, finalmente, algumas ruas estavam sendo asfaltadas. “Cobrei do Secretário de Obras



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

que estendesse a primeira fase, até final da Rua 17 e mais as Ruas 03 e 05; estou cobrando e também, estou sugerindo que, após terminar a primeira fase, as máquinas continuem trabalhando no bairro e façam cascalhamento nas outras ruas, até que se inicie a segunda fase, para melhoria da acessibilidade no Parque das Laranjeiras”. Para concluir, sublinhou indicação para instalação de coberturas, nas áreas externas das UBSs do Parque das Laranjeiras, SEHAC, Vila Dias e Aterrado, bem como a colocação de bancos, para assento dos enfermos, trazendo dignidade no atendimento, nos postos de saúde da periferia. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi, que também abordou a situação do transporte escolar rural. Esclareceu, que também tinha sido procurado pelos pais de alunos da rede municipal, residentes nos bairros rurais do Córrego Azul, Bocaina, Pederneiras e outros, os quais reivindicavam solução para o problema do transporte escolar rural. “Na verdade, o transporte escolar está um problema, de maneira geral, com veículos, em péssimas condições de uso, sem identificação escolar, veículos que não passam nas rotas pré-estabelecidas, veículos que quebram e não são repostos, enfim, uma situação crítica esta terceirização que foi feita, porque os veículos são terceirizados; a mudança foi implantada para gerar economia, mas os pais estão prestes a serem intimados pelo Conselho Tutelar, porque os filhos não vão à escola, por causa, justamente, da ineficácia do transporte escolar rural, que está deficitário”, registrou e encerrou participação. O próximo orador foi o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, que também abordou o problema do transporte escolar rural. Afirmou que a terceirização do transporte escolar rural tinha sido o maior erro da administração Gustavo Stupp e aclarou que ele próprio tinha vistoriado algumas vans da empresa contratada e ter constatado que as crianças estavam, de fato, em perigo, sendo transportadas nesses veículos. “Não sei como essas empresas conseguem participar das licitações, precisamos ficar atentos”, completou. Relativo à visita dos edis à Agência Reguladora Ares- PCJ, o vereador disse que tinha sido proveitosa, pois ele





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

pudera tirar dúvidas que possuía, sobre investimentos futuros, apenas não compreendera, analisando a tarifa de custos da água, o quesito depreciação, que tinha aumentado 136%, quando ele, orador, não conseguia ver uma justificativa plausível, crendo ser duplicidade de tarifa. “Pedi, através de requerimento, a planilha, para ver tal duplicidade na tarifa, porque quero entender a questão da depreciação do bem”, frisou. Para finalizar, refutou as palavras do presidente do MMEC, Rivaldo Ferreira, dirigidas aos vereadores de Mogi Mirim, declarando que Rivaldo precisava ter mais respeito pela Câmara, pelos torcedores, pelos vereadores e cidadãos de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Senhor 1º Vice-presidente da Câmara, no exercício da presidência, Vereador Luís Roberto Tavares, solicitou ao 2º Vice-Presidente, Vereador Benedito José do Couto, que ocupasse a direção dos trabalhos. O senhor 2º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Luís Roberto Tavares. Este, primeiramente, deu boas-vindas ao Vereador Marcos, da cidade de Itapira, bem como cumprimentou as famílias de Francisco Pulcinelli e Dona Mery Kallas Ajub, presentes nas galerias, acompanhando os trabalhos da sessão. Ainda, parabenizou o jornalista Ricardo Piccolomini de Azevedo, pelos cento e quinze anos de fundação do jornal A Comarca, do qual era o diretor-responsável. Depois, discursou, dirigindo-se aos moradores do Parque das Laranjeiras, que estavam nas galerias. “Pessoal do Parque, nós precisamos de uma pessoa que olhe pelo Laranjeiras e resolva todos os problemas, bem como o problema dos demais loteamentos, que necessitam de regularização, de melhorias, do olhar da administração; a política tem que ser feita aos menos favorecidos e, no Parque das Laranjeiras, foram executadas melhorias em três ruas, quando eu gostaria de muito mais e estou correndo atrás de verbas e parcerias, para tanto”. Na sequência, deu satisfações sobre o andamento do problema das casas da Rua Tupinambás, na zona leste, local onde a água da chuva não escoava pelos bueiros, empoçando e causando rachaduras nas casas, e informou que, junto com moradores,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

ele havia feito representação ao Ministério Público - MP, que, por sua vez, fora indeferida, e que, agora, o Presidente da OAB local, Dr. André Barbosa, iria orientar e conduzir os reivindicantes para outro caminho, desta vez, juridicamente. Falou sobre requerimento que apresentou, solicitando informações de todos os contratos, parcerias e convênios de todas as construções e reformas de prédios públicos do município, porque várias obras estavam inconclusas. “Hoje, eu fui na Estação Horto Vergel, onde a obra de reforma tinha previsão de término para abril, não terminou, só terminou o telhado; vimos apenas um único pedreiro trabalhando, quer dizer, vai demorar e os moradores precisam que a unidade de saúde funcione, rapidamente, e também o posto da Vila Dias, onde a obra está com apenas um metro e meio de altura, atrasada, e acho que só vai inaugurar nas eleições, no ano que vem; todavia, o que me chateou foi que, na UBS, tem local para guardar ferramentas e sacos de cimento, e neste local, eu encontrei dois sacos de cimento perdidos, ora! Quem está perdendo material é a prefeitura e a construtora, mas, de qualquer forma, trata-se de dinheiro público, que vai se perdendo e outras obras, provavelmente, não serão entregues neste ano, pois a prefeitura não está pagando seus fornecedores e quem perde é o trabalhador, mais uma vez”, destacou e finalizou. Novamente no exercício da presidência, o 1º Vice-Presidente facultou o uso da palavra, no “Expediente”, ao Vereador Waldemar Marcurio Filho, que, primeiramente, versou sobre as denúncias contra o transporte escolar rural, concordando que os ônibus estavam descaracterizados, realmente. “Verdade é, que só esta empresa conseguiu vencer a licitação e está sem receber do município, mas não podemos deixar que os pequenos sofram com os riscos de um transporte mal feito, logo, estou junto com a senhora vereadora”, colocou. Depois, falando sobre o presidente do MMEC e ex-jogador Rivaldo Ferreira, afirmou que não o conhecia, pessoalmente, e nem tinha o interesse de conhecer e refutou os comentários proferidos pelo dirigente esportivo, que alardeara, na imprensa, que a lei aprovada pela



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Câmara, de tombamento do patrimônio social do clube, seu nome, era inconstitucional. “O Rivaldo pode vender o clube, mas nunca mudar o nome Mogi Mirim Esporte Clube, e ele tem muito dinheiro, mas não quer dizer que ele seja o dono do mundo; ele tem que respeitar os outros, ele desmereceu os vereadores desta Casa, sei que deram Título de Cidadão a ele e ele não veio buscar, não compareceu na sessão solene, pois ele pode tudo, mas lá, na terrinha dele, aqui, não, aqui ele tem que respeitar, porque o mínimo que Rivaldo nos deve é respeito, e eu quero saber quem foi o juiz que deu o parecer a ele, contrário ao nosso projeto de tombamento”, discursou. A seguir, comentou sobre o projeto de resolução de iniciativa da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, visando ampliar o número das sessões, posicionando-se contrariamente à matéria, porque quatro sessões mensais eram suficientes e a proposta iria gerar mais custos. Para encerrar, com relação à sua mudança de partido, disse que tudo estava acordado, a nova sigla escolhida, mas que iria esperar até o final do mês. “Vou para o novo partido e vou assumir a presidência do partido, estou muito contente”, finalizou. O próximo orador a fazer uso da palavra foi o Vereador Laércio Rocha Pires. Iniciou, criticando o vereador “que desviava o caminho, para passar no Parque das Laranjeiras”, disse que sua fala era um absurdo, uma barbaridade, que o prefeito, que ele apoiara, tinha permanecido oito anos no poder, mas não tinha colocado sequer um prego, no Parque das Laranjeiras. Lembrou que não estava defendendo o atual prefeito, mas reconhecia que ele estava fazendo alguma coisa. “E o vereador se coloca pré-candidato a prefeito, mas que cara de pau, a do cidadão”, frisou. Aclarou, que os opositores falavam mentiras para a população, faziam carreatas e diziam que o SAAE estava sendo vendido, o que era uma grande mentira. “Quero pegar a lei e andar com ela embaixo do braço, para mostrar que é mentira; até o deputado estadual desmentiu e explicou o que era concessão, o que era privatização e venda, então, pergunto: por acaso o deputado mente? Eu sou contra privatização e venda do SAAE, porque eu votei PPP, e a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

população, logicamente, tem que ficar esperta; para a população, eu digo que errei sim, sobre a votação da Contribuição de Iluminação Pública - CIP, mas não digo inverdades ao povo, devemos jogar limpo, a população merece respeito”, discorreu e encerrou. Não havendo mais oradores inscritos, o 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, suspendeu a Sessão às 20h21, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO**: “**ex-vi**” do disposto no § 1º, inciso III, “**d**”, do **Artigo 171 do Regimento Interno**: 1. Projeto de Lei nº 76, de 2015, de autoria do Vereador João Antônio Pires Gonçalves “dando denominação aos vestiários do Campo Ismael Poletini, de Vestiários José Guidini – Fina”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. (**PREJUDICADO conforme artigo 126, VI, do Regimento Interno**); 2. Projeto de Lei nº 80, de 2015, de autoria da Vereadora Maria Helena S. de Barros, “dando denominação à Sede da Vila Dignidade de Mogi Mirim, de “VILA DIGNIDADE MERY KALLAS AJUB”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Para discutir a matéria, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. A vereadora afirmou que tinha a maior satisfação em apresentar tal projeto, para homenagear uma senhora, que era merecedora de muitas homenagens, a senhora Mery Kallas Ajub, e fez referência à presença da sobrinha, Meire Kallas Ajub, e de seu esposo, que acompanhavam a sessão. Narrou fatos da vida da homenageada, que tinha sido pessoa caridosa e fazia filantropia, contou que a Casa da Criança tinha autonomia financeira, hoje, porque, no passado, a senhora Mery Kallas Ajub tivera a iniciativa de idealizar o Chá da Casa da Criança,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

evento mensal, que sustentava, financeiramente, a entidade. Rogou a aprovação da matéria, para nominar a Vila Dignidade com o nome de Mery Kallas Ajub e explicou, que a emenda acrescentava o tratamento “dona” à denominação. Prosseguindo nas discussões, também comentou a matéria o Vereador Cinoê Duzo, que empenhou seu apoio ao projeto, disse que se tratava de uma merecida homenagem e cumprimentou os familiares presentes; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 80/2015, da Vereadora Maria Helena S. de Barros e emenda); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 3. Projeto de Lei nº 82, de 2015, de autoria da Vereadora Dayane Amaro Costa, “dando denominação à rua projetada “II”, localizada no Residencial Vila Toscana, no Município de Mogi Mirim, de RUA FRANCISCO PULCINELLI”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Para comentar o projeto, discursou a vereadora autora, Dayane Amaro, que narrou fatos da vida do homenageado, lembrando que o saudoso havia deixado filhos, oito netos e que, era com grande alegria que ela colocava o projeto para a votação, pedindo o apoio dos pares, pois se tratava de pessoa merecedora da homenagem; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 82/2015, da Vereadora Dayane Amaro Costa); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 4. Projeto de Lei nº 75, de 2015, de autoria do Vereador Cinoê Duzo, “instituído, no calendário oficial do Município, a corrida 22 de Outubro – Cidade de Mogi Mirim – Antônio Gomes da Silva – Antônio Bombeiro. Para discutir a proposta, fez uso da palavra o autor, Vereador Cinoê Duzo, que agradeceu a aprovação do projeto em primeiro turno, falou da profissão de bombeiro, que salvava vidas, da pessoa do homenageado, um homem sensacional, de boa conduta, que sempre dera bom exemplo de vida, uma pessoa maravilhosa, excelente pai e, sobretudo, atleta. Pediu apoio



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para aprovação da matéria, em segundo turno, e encerrou. (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Segundo (2º) Turno, o Projeto de Lei nº 75/2015, do Vereador Cinoê Duzo); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 5. Projeto de Lei nº 78, de 2015, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “dando nova redação ao artigo 1º, da Lei Municipal nº 2.891, de 1997, que declarou de utilidade pública a Associação da Pessoa com Deficiência de Mogi Mirim”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Primeiro (1º) Turno, o Projeto de Lei nº 78/2015, do Vereador Luís Roberto Tavares); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno); 6. Projeto de Lei nº 79, de 2015, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “dando nova redação ao artigo 1º, da Lei Municipal nº 4.813, de 2009, que declarou de utilidade pública a Associação Jesuíno Marcos Maguila”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Primeiro (1º) Turno, o Projeto de Lei nº 79/2015, do Vereador Luís Roberto Tavares); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno); 7. PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Justiça e Redação – CJR, ao Projeto de Lei nº 77, de 2015, de autoria do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “dispondo sobre atendimento preferencial aos doadores de sangue, em estabelecimentos comerciais, de serviços similares e dando outras providências”. (rejeitado o parecer desfavorável, pelo Plenário, o Projeto de Lei nº 77/2015 será encaminhado à Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, para prosseguimento e emissão do respectivo parecer nos termos do artigo 55, § 4º do Regimento Interno). Para discutir a matéria, fez uso da palavra o autor, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. O vereador aclarou que respeitava o parecer



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

desfavorável da CJR, mas apelou pela derrubada do parecer, pois o plenário já havia derrubado muitos outros pareceres desfavoráveis. Salientou que o projeto era importante, dava motivação e incentivo aos doadores de sangue e que, a comissão tinha apontado vício de iniciativa, mas o vereador lembrava a todos que, na cidade de Itapira, projeto semelhante tinha sido apresentado, pelo Legislativo, e tinha sido aprovado, tornando-se lei. Requereu dos pares a derrubada do parecer, mas afirmou que respeitaria a opinião de cada um. O Vereador Cinoê Duzo também fez uso da palavra e parabenizou o Vereador Marcos Bento, pela iniciativa do projeto, falou das várias campanhas de incentivo à doação de sangue, disse que a matéria poderia ser polêmica, pois se formariam filas preferenciais também para doadores de sangue, assim como para os deficientes e idosos, mas se colocou favorável à ideia e ao incentivo à doação. A Vereadora Dayane Amaro foi a próxima a comentar sobre o projeto, desde logo, parabenizando o correligionário pela iniciativa. Declarou que, como profissional da saúde e biomédica, era favorável a tudo o que promovesse a saúde, no município, e colocou que a proposta era interessante ao cidadão. Para concluir, destacou que seria pela derrubada do parecer em prol do projeto. A seguir, comentou a matéria o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. Ponderou que, embora o projeto fosse de incentivo à doação, tinha outra visão, pois o incentivo deveria ser concreto. Afirmou que a questão da preferência era tendenciosa e que, daqui a pouco tempo, a Câmara estaria concedendo preferência a todas classes possíveis. Afirmou, que sempre fora doador de sangue, mas que, atualmente, não doava tanto o quanto gostaria, e os índices de doação haviam decaído, no município, em virtude das dificuldades que existiam para a própria doação, com espera de quatro horas, uma verdadeira fila para a doação, e que, muitos de seus amigos, também doadores, tinham cessado a doação, pela mesma razão que ele. “Acho que o problema é o tempo que se perde para a doação de sangue e, embora o projeto tenha uma visão de melhorar o processo,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

entendo o contrário, porque as dificuldades do doador são outras e o doador é uma pessoa saudável, que não deve tomar à frente de outra pessoa, nos atendimentos, pois doar o sangue é questão humanitária”, frisou e encerrou participação; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara acatou, por oito (08) votos favoráveis a sete (07) votos contrários, Primeiro (1º) Turno, o Parecer Desfavorável ao Projeto de Lei nº 77/2015, do Vereador Marcos Bento); (arquive-se). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Os primeiros inscritos, Vereadores Maria Helena Scudeler de Barros e Daniela Dalben Mota, desistiram da palavra. Ocupou a tribuna, na sequência, a Vereadora Dayane Amaro Costa. Salientou a visita que fez à Assembleia Legislativa do Estado – Alesp, encontro que teve com o Deputado Salim Curiati, para lhe requerer emenda ao Orçamento, em prol de Mogi Mirim, inclusive, destinação para a ONG Vida, visando a compra de um veículo, bem como, também, solicitação de academia adaptada, para que as pessoas com deficiência pudessem desenvolver autonomia e fazer exercícios. Relatou ainda, encontro com outro deputado, Rafael Silva, PDT/SP, solicitando deste, recursos para a compra de elevador e reforma da Biblioteca Pública. Elogiou a atleta e amiga Beatriz Janini, que obteve a quinta colocação na categoria até 61 kg, na Premier League Brasil, realizada nos dias 30 e 31 de maio, em São Paulo. Falou sobre requerimentos da semana passada, relativos ao funcionamento do Conselho da Proteção da Mulher e a defesa dos direitos femininos, dizendo que entendia como essencial, que o conselho funcionasse efetivamente, e enfatizou ainda, requerimento apresentado na data, solicitando à DDM que enviasse à Casa os números relativos às mulheres que tinham sofrido abuso, feminicídio e violência doméstica, objetivando levantar a bandeira e trabalhar a área. Por fim, deixou uma mensagem de





## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fortalecimento das políticas públicas, voltadas para mulheres, na cidade, e a vontade de executar um trabalho intenso para que a violência, contra a mulher, acabasse. Como os próximos inscritos, Vereadores Osvaldo Aparecido Quaglio e Cinoê Duzo, desistissem da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, que falou sobre a reunião dos vereadores com gerentes da Ares-PCJ. “Eu fui convidado a acompanhar o grupo de vereador até a Ares-PCJ e não fui, porque iriam me convencer, como fizeram com os demais, de que 17,67% era um índice justo, quando não é, é um absurdo; apresentaram cálculos e chegaram a mostrar aos pares, que os 17,67% trariam suficiência, e disseram que este índice daria para manter o custo do SAAE, ora! É um absurdo, não vão me convencer e é um aumento abusivo, de qualquer forma; o SAAE vem fazendo investimentos, todo o ano, com recursos próprios, não há necessidade de um aumento de 17,67%, mas fato é, que não se pode fazer mais nada, porque o índice foi endossado pela administração, portanto, fiquei surpreso, em saber que, daqui, saiu uma caravana, para perder tempo, para ouvir explicação mentirosas, e acho um absurdo”, colocou. O vereador também falou sobre o transporte escolar rural. “De fato, para transportar lixo tem que ser carro zero, mas para transportar crianças, pode ser qualquer carro velho; não faço média política com ninguém, sou sério, entrei para a política para realização pessoal, mas não tenho nenhuma vontade de continuar na política, embora tenha me lançado como pré-candidato a prefeito, mas, para ser prefeito, tem que saber administrar e muitos querem ser prefeito, mas não sabem o que é gerir um município, então, precisa ser pessoa capacitada e eu seria sim, pré-candidato, se eu tivesse liberdade e não precisasse vender meu sangue, então, Vereador Cinoê, você se pronunciou, pela liberdade que tem, no partido, então, siga sua intenção, mas desejo que nenhum candidato se venda e, dependendo da forma como for, não estarei mais na política, apenas acompanharei de fora”, registrou e encerrou. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que falou sobre as notícias relativas ao transporte de pacientes, na



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

área da saúde. Denunciou que uma empresa tinha cessado a prestação de seus serviços, por um alerta, uma razão que não tinha sido muito bem colocada, pois alguns falavam que suas viagens tinham sido suspensas. “Fui até o setor financeiro da prefeitura, para levantar a questão do pagamento, porque o contratado não pode suspender os seus serviços, a não ser que estivesse com os pagamentos atrasados, por mais de quatro meses, e, infelizmente, o financeiro me negou tais informações, pedindo que eu apresentasse via requerimento, ou protocolo, portanto, eu vou voltar lá e cobrar a informação, de posse da lei, haja vista que tenho informações de que, já faz quatro meses que a prefeitura não está honrando muitos de seus débitos, e se algum colega quiser ir comigo, convido e aceito, porque precisamos saber quais são os débitos reais da prefeitura, para com os seus fornecedores, e o montante do débito, porque as coisas estão difíceis, é necessário planejamento e eu quero saber, em quais áreas a arrecadação caiu e quais áreas estão sofrendo, porque os pacientes não podem ficar sem condução, veículo para tratamento médico, para viagens fora da cidade, nem ficarem esperando questões de pagamento, para continuarem com a quimioterapia, radioterapia e outras terapias”, salientou. “Na área da educação, também tenho a notícia de que algumas salas de aula estão sendo fechadas, segundo a secretária, por causa de orientação do Tribunal de Contas –TC, mas as professoras destas salas serão aproveitadas, pois são concursadas, então, nós vamos acompanhar o número de ocupação dessas salas de aula, para que a aprendizagem não fique prejudicada”, colocou e concluiu. Também fez uso da palavra em “Explicação Pessoal”, o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, que replicou os comentários do presidente do MMEC, Rivaldo Ferreira, nos jornais, a respeito do tombamento cultural do nome do Mogi Mirim Esporte Clube, aprovado por unanimidade, pela Câmara. “Infelizmente, só tenho a lamentar seus comentários, um grande jogador, mas não tão bom administrador do MMEC”, frisou. Falou sobre a denúncia feita pela Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, sobre o



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

transporte escolar rural, concordando que era deprimente o estado do ônibus, dizendo que estava preocupado e relatou que a situação era fruto de uma licitação direcionada, que tinha deixado de fora os prestadores de serviços da cidade, que tão bem vinham atendendo os estudantes. Para finalizar, dirigindo-se ao Vereador Marcos Bento A. de Godoy, refutou seu discurso, declarando que ele não tinha ido até Americana para perder tempo e os colegas também não. “Na pior das hipóteses, quem esteve presente, teve a oportunidade de aprender algo, e o encontro abriu minha cabeça a respeito de reajustes de preços do SAAE, porque a informação, se você não vai atrás, ela não chega até você”, finalizou a participação. Os próximos oradores, Vereadores Benedito José do Couto, Jorge Setoguchi e Daniel Santos, desistiram da palavra. Ato contínuo, o Senhor 1º Vice-presidente da Câmara, no exercício da presidência, Vereador Luís Roberto Tavares, solicitou ao 2º Vice-Presidente, Vereador Benedito José do Couto, que ocupasse a direção dos trabalhos. O senhor 2º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Luís Roberto Tavares. O Vereador comentou acerca da última reunião do Conselho de Segurança – Conseg, quando, dentre outros assuntos, solicitara ao capitão da Polícia Militar, presente na reunião, que falasse sobre o cerol. “Eu fiquei preocupado, pois ele disse que a lei que proíbe o uso do cerol é falha e, em cima das questões trazidas pelo capitão, vamos, então, mexer na lei e peço contribuição da PM e da GCM, para os retoques que serão feitos, lembrando ainda, que hoje, ingressei com indicação, para um trabalho de conscientização sobre o uso do cerol, nas escolas”, declarou. Falou também sobre a audiência para discussão de temas relativos à proteção animal, audiência de iniciativa da Vereadora Dayane Amaro, dizendo-se preocupado, porque a visão do Poder Público se restringia somente à castração, quando, enganava-se aquele que assim pensava, haja vista que a castração era somente uma forma de diminuir o crescimento da população de cães e gatos, estando os maiores problemas na questão da saúde animal, Cinomose,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

carrapatos e outras doenças contagiosas, bem como o abandono, que era enorme. “Parabéns pelo trabalho Dayane, sentimos a ausência do Vereador Manoel Palomino, que se justificou, e digo que precisamos criar um fundo de amparo aos animais”, salientou. Ratificou o discurso da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, sobre o transporte escolar rural, que estava horrível, e propôs fiscalizar e chamar a responsável, a Secretária de Educação, para prestar esclarecimentos. Finalizando, convidou todos para a Caminhada Ecológica 09 de Julho, comemorativa à efeméride, saída de Mogi Mirim rumo ao Morro do Gravi, município de Itapira. Também fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho que, primeiramente, falou sobre o transporte escolar rural, informando a todos, que a autoridade policial tinha plenos poderes para deter qualquer veículo em mau estado de conservação, como era o caso do micro-ônibus, que tinha pneus carecas, objeto da denúncia da vereadora do PSDB. Incentivou aos pares, no caso de constatação da infração, que chamassem a Polícia e recolhessem o veículo, no pátio da Delegacia de Polícia. “Este veículo deve passar por fiscalização, precisamos saber quem é o responsável pela fiscalização, que está fazendo vista grossa”, declarou. Depois falou sobre o abaixo-assinado, de mais de quatro mil assinaturas, recolhidas estas, em praça pública, pelo “Batman”, que era o ex-presidente do PT, Ernani Gragnanello, contra a venda do SAAE. Disse que muitas pessoas tinham assinado o papel, sem saberem do que se tratava, qual era o assunto, e que, quando era presidente do PT, Ernani fazia a mesma coisa, fazia as pessoas assinarem papéis, sem ler. “Ele desfilou muitas pessoas assim, então, fico pensando, será que ele induziu a erro os que assinaram o abaixo-assinado? Ora! O perfil dele é esse”, sublinhou. Versou também, sobre as declarações do Presidente do MMEC, Rivaldo Ferreira, que tinha dito, que estava triste com Mogi Mirim, sendo querido no mundo todo, menos na cidade. “O jogador falou, que aqui não é amado, faz o bem e, aqui, ninguém menciona, e eu digo que isso é problema dele, não é meu; simplesmente, ele não



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pode chegar na cidade e falar que vai fazer o que quiser, como foi com o episódio da venda do centro de treinamento – CT do MMEC; seu intuito é meramente financeiro, ele não tem respeito para com a cidade e, se foi jogador, mundialmente conhecido, é outro problema dele”, colocou. Sobre os declarados pré-candidatos a prefeito, falou que respeitava a todos, mas entendia muito cedo ainda, para tais disposições e, para finalizar, versou sobre o índice de 17,67% de reajuste para a tarifa d’água. “Vários vereadores foram à agência, em Americana, para verem as justificativas do índice de aumento, também não concordo com o aumento, Vereador Marcos Bento, só espero que não peçam novos aumentos, e não concordo com este aumento, mas veio por decreto e não temos autonomia para barrá-lo”, concluiu. O último orador foi o Vereador Laércio Rocha Pires, que repudiou a colocação do Vereador Marcos Bento. “O vereador é vidente, ou nasceu sabendo? Não pode falar que fomos lá à toa, encabecei a reunião e não concordo com o senhor, veja como fala”, frisou. A respeito dos problemas no transporte escolar rural, declarou que, “todo mundo deveria estar preso” diante das denúncias, e que era um absurdo uma situação como a relatada. Comunicou visita à Alesp, para encontro com o Deputado Estadual Davi Zaia, PPS/SP, em busca de verbas. “Vou à Assembleia, mas não como um vereador aí, que diz que foi e trouxe dinheiro e não trouxe nada; a população tem que saber a verdade, doa a quem doer, eu falarei a verdade sempre, aqui; covardes mentem e dizem que o SAAE foi vendido, pregam o terrorismo e inverdades”, afirmou. Falou também que estava revoltado com o Secretário de Obras, porque o seu partido, o PPS, tinha conseguido uma verba, para desassoreamento do lago do Complexo Lavapés, e, até o presente momento, o serviço não tinha sido executado. “Vai que o governo tome o dinheiro de volta, será uma grande incompetência; sei da burocracia e dos trâmites, mas tanto tempo esperando, como faz?”. E falou ainda, sobre os loteamentos irregulares da cidade. “Precisamos incrementar ações junto ao Programa Cidade Legal, para documentação do Parque das Laranjeiras e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

do Domênico Bianchi, porque a população precisa; não podemos chegar só em ano eleitoral, ganhar a cabeça e, depois, não se fazer nada; o povo não pode mais ser enganado e a documentação não sai! Tratativas com o Cidade Legal estão desde à época de Caros Nelson Bueno, que deu início ao programa, portanto, proponho reativar a comissão, e faço convite à Vereadora Maria Helena, para que o Governo do Estado possa nos ajudar, possa fazer alguma coisa para população”, aclarou e concluiu. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, determinou fosse guardado um respeitoso **MINUTO DE SILÊNCIO** pelo passamento dos cidadãos, senhor *Joaquim Januário*, ocorrido em 22 de junho de 2015; senhor *Otaviano Bispo de Andrade*, ocorrido em 23 de junho de 2015; senhora *Amélia Salvi Cardoso*, ocorrido em 22 de junho de 2015, e senhora *Wânia Crocette Perlatto*, ocorrido em 20 de junho de 2015. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, Vereador Luís Roberto Tavares, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h50, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM